



Portugal: Uma Democracia em Construção

Ensaios de Homenagem
a David B. Goldey

Manuel Villaverde Cabral
Marina Costa Lobo
Rui Graça Feijó
(organizadores)



Imprensa
de Ciências
Sociais





Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa- Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais — Catalogação na Publicação

Portugal : uma democracia em construção :
ensaios de homenagem a David B. Goldey /
organizadores Manuel Villaverde Cabral, Marina Costa Lobo, Rui Graça Feijó.
— Lisboa: ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2009
ISBN 978-972-671-246-6
CDU 321.6



Capa: João Segurado
Paginação: Carlos Vieira Reis
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito Legal: 293035/09
1.ª edição: Maio de 2009





Índice

- O David é nosso amigo9
- David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo. 11
Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó
- Curriculum Vitae*. David Baer Goldey. 51
- Tempo e explicação. Pré-formação, epigénese e pseudomorfose
nos Estudos Comparativos 55
Hermínio Martins
- Dependência externa e autonomia na política portuguesa:
atitudes e comportamentos do *Foreign Office* perante
a ascensão do autoritarismo em Portugal 121
Manuel Villaverde Cabral
- As instituições políticas da democracia portuguesa 141
Marina Costa Lobo, António Costa Pinto e Pedro Magalhães
- To boldly go where no man has ever gone before.*
As decisões do Presidente Sampaio de Dezembro de 2001
e de Julho e Dezembro de 2004 175
Fernando Marques da Costa
- O referendo de 11 de Fevereiro de 2007.
Sentido e alcance da primeira vitória de um *Sim*
numa disputa referendária em Portugal 217
Rui Graça Feijó





Profissionalismo político e representação.	239
<i>Ana Paula Garcês</i>	
A culpa morre sempre solteira? <i>Accountability</i> , qualidade da democracia e governação em Portugal	285
<i>Carlos Jalali e Patrícia Silva</i>	
Cinco reflexões sobre os desafios de uma estratégia nacional. Texto de homenagem a David Goldey	309
<i>Jorge Sampaio</i>	
Nota sobre os autores.	321





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo¹

Quem é David B. Goldey?

Sou quem sou (isto soa um pouco eclesiástico, não é verdade?). Julgo que tive três influências formativas na minha vida: a minha educação no seio de uma família de judeus *peu croyants* não praticantes, e politicamente liberal (no sentido americano), em Brooklyn, Nova Iorque; a frequência da Cornell University; e, finalmente Oxford, a França e Portugal.

As minhas origens radicam-se solidamente no mundo da imigração americana. Os meus avós, muito avisadamente, deixaram a Rússia czarista por volta dos finais do século XIX, sem qualquer pesar, e por isso nunca na minha família existiu um país em relação ao qual houvesse grande sentimentalismo: nós éramos americanos, felizes por o sermos – e eu ainda assim me sinto. Isto não quer dizer, naturalmente, que não possa ser crítico das políticas governamentais, tanto domésticas como internacionais – especialmente quando o poder está com os republicanos! Na verdade, passa-se precisamente o contrário: há em mim um sentimento forte de como o país deveria ser e de como se deveria comportar.

A minha mãe nasceu em Brooklyn, o meu pai imigrou com cerca de 5 anos, juntamente com a sua própria mãe que estava atacada de tuberculose, para se juntar ao seu pai que partira primeiro – o padrão do costume. Os meus avós eram da Ucrânia, e por isso partiram de Odessa. Há um momento proustiano maravilhoso no decurso de uma visita que o meu pai me fez quando estava em Oxford e em França. Ele estava

¹ Entrevista conduzida por Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó.





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

próximo dos 70 anos e tinha-se esquecido por completo dessa sua primeira viagem, até que viu o azul do Mediterrâneo que lhe trouxe à memória factos ocorridos na sua viagem como emigrante, como por exemplo o facto de, enquanto filho mais velho, estar encarregado de se chegar próximo da amurada para lançar ao mar os lenços empapados de sangue que a sua mãe ia acumulando – o que lhe proporcionava a oportunidade, que doutro modo não teria, de ver o mar. A minha avó devia ter uma vontade de ferro para subir as escadas de Ellis Island, sem tossir nem aparentar fraqueza. Morreu pouco depois – e aí começaram os trabalhos do meu pai.

Ambos os meus pais vieram de famílias pobres e numerosas (seis irmãos em cada), mas ao meu pai aconteceu ainda adquirir uma madrasta per-versa. Foi posto fora de casa e com 11 anos vivia sozinho num quarto, trabalhando antes e depois da escola, para «manter corpo e alma juntos». A lei obrigava-o a ir à escola até à idade de 13 anos, mas depois disso passou a trabalhar a tempo inteiro, embora estivesse ansioso por continuar a sua educação. Um dia, contou-me que até ter arranjado o seu primeiro emprego decente como tipógrafo, com 16 anos, ele achava que toda a gente passava a vida com fome, já que era isso mesmo que acontecia com ele. Ajudou a organizar o sindicato na oficina de tipografia, e acho que os patrões nunca lhe perdoaram essa atitude. Por exemplo: nunca lhe permitiram organizar-se em função dos turnos que lhe teriam permitido ir à escola de noite e tentar ser um advogado.

A minha mãe conseguiu completar os seus estudos, e tornou-se profes-sora primária com 18 anos. Por vezes recordava-se dos rapazes italianos da sua primeira turma, que eram muito maiores do que ela, que a acompanhavam a casa para a protegerem de quaisquer distúrbios.

Ambos os meus pais eram membros da Young People's Socialist League (YPSL), uma ramificação do movimento operário judeu – se não erro, do Jewish Bund, e foi aí que se encontraram. Eram ambos idealistas, e nunca abandonaram essa atitude. O New Deal tornou-os democratas. Ambos tinham conhecido na pele o desdém pelos novos imigrantes e o anti-semi-tismo. Alguns dos irmãos da minha mãe alistaram-se na I Guerra Mundial, mas o meu pai era pacifista – felizmente para ele, só foi chamado no Dia do Armistício, o que lhe poupou muitas chatices... Também foram muito marcados pela Grande Depressão, quando perderam todas as poupanças que tinham, e o meu pai ficou desempregado cerca de um ano. Nessa altura a minha mãe arranjou trabalho suplementar para sustentar os pais e os sogros

Outra coisa que os marcou imenso foi a ascensão do nazismo, e mais tarde o Holocausto, que exterminou, num sentido literal, quaisquer vestí-gios da nossa família que tivessem ficado desse lado do mundo.





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

Tudo isto transmitiu aos meus pais um agudo sentido de justiça social, muito focado nos EUA, na justa medida em que a história da nossa família se iniciou efectivamente na América e não havia nada fora desse país. Os meus pais eram gente delicada, generosos, amigos, *menschen*, bons exemplos. Espero que estas evocações transmitam algo do sabor e da atmosfera em que eu cresci.

A nossa casa era modesta. O telefone era usado apenas de vez em quando, para mensagens importantes, e nunca para tagarelice. Chamadas interurbanas, então, eram só em caso de emergência. Ambos os meus pais trabalhavam no duro, e por isso podíamos viver num quarteirão simpático de Brooklyn, na baía exterior. Aí víamos os comboios navais sair para o mar para atravessar o Atlântico durante a guerra. O meu irmão e eu próprio trabalhávamos aos fins-de-semana desde os 13 anos, quando era legal arranjar trabalhos em *part-time*; e, no Verão, trabalhávamos como empregados de mesa, ou então como vigilantes em campos de férias. Eu próprio cheguei a trabalhar (da forma mais incompetente possível) na construção civil numas férias já no período da universidade, e mais tarde como trabalhador agrícola: este foi o trabalho mais duro que alguma vez tive de fazer, apanhar fruta e vegetais na costa oeste, num ano em que eu e alguns amigos atravessámos o país a fazer pequenos trabalhos (foi isto no ano anterior ao último ano da faculdade). Finalmente, no Verão de 1961, eu estava de volta a casa, depois de terminar o meu doutoramento, e passei o Verão a trabalhar numa firma de vestuário em Manhattan, onde os alfaiates – os aristocratas do ofício – eram todos italianos; os judeus ocupavam-se das máquinas de costura; o armazém era como as Nações Unidas, com muitos porto-riquenhos e afro-americanos vindos recentemente do Sul. Isso é que foi uma educação! Trabalhar com gente que noutras circunstâncias seria mesmo difícil conhecer ensina muito rapidamente acerca das vidas e das suas circunstâncias, e em primeira mão. A «observação participante», como lhe chamam os antropólogos, que aí experimentei veio a ser muito útil mais tarde em França e em Portugal, e mesmo na própria Inglaterra – embora só agora me esteja a aperceber realmente do seu impacto.

Na nossa casa havia um grande sentimento de afecto: tínhamos a noção de sermos desejados – mas também não havia dúvidas quando fazíamos algo que desagradava. Também era uma casa politicamente activa, e os meus pais entretinham-se em homéricas discussões à mesa do jantar, sobretudo acerca da União Soviética (pela qual o meu pai tinha pouca simpatia). A minha mãe tinha uma visão mais declamatória da política, que deixou traços, mas a minha maior influência foi sem dúvida o meu pai, que teve sempre uma visão realista e consequente, temperada pelas dificuldades com que vivia. Mas, em comum, ambos acreditavam profundamente na



educação, e encorajavam-nos a sermos bons alunos. Havia livros e discos lá em casa. Televisão (e um automóvel) só depois do meu irmão e eu termos ido para a universidade – coisa que esteve sempre nos horizontes dos meus pais, de forma que pudéssemos ter uma profissão. Foi graças à sua generosidade que pude ir para Cornell, e também porque ganhei uma bolsa *Regents* de 400 dólares – quando as propinas custavam 600! Imaginem só! No meu primeiro ano trabalhei na biblioteca para acumular a diferença, e no segundo ano obtive uma bolsa da Telluride House, uma bolsa que incluía residência, isto é, quarto e alimentação, o que foi uma imensa ajuda. E foi precisamente a ligação entre Telluride e o Lincoln College que me trouxe para Oxford quando acabei os meus estudos em Cornell em 1957. Faço parte da sortuda geração que chegou à idade adulta no período das *trente glorieuses*, quando a prosperidade e as reformas sociais anteriores criaram oportunidades para aqueles que tinham origens mais humildes para progredirem de forma marcada. Essa foi uma enorme diferença em relação à geração dos meus pais – justamente como é uma diferença em relação aos nossos dias.

Como se começou a interessar por História e por Política?

Como já disse, foi a partir de casa. O meu pai gostava de ler livros de História e eu aprendi esse gosto com ele. Foi uma disciplina de que sempre gostei na escola. O meu pai e eu dávamos passeios à noite – quem me dera ter feito isso mais vezes!... – e eu perguntava-lhe coisas sobre as suas experiências e as suas opiniões políticas, tanto do passado como do presente. Aprendi imenso dessa maneira, e acho que acabei mesmo muito influenciado por essas experiências. Ambos gostávamos desses passeios com conversas. E depois ele levava-me a um bar para beber uma cerveja – mesmo que eu ainda não tivesse idade mínima legal para o fazer. Não há nada melhor para se fazer quando se tem 16 anos! Para ele também havia um elemento de prazer, porque tinha muito orgulho nos filhos, e vibrava com o sucesso deles nuns estudos com que ele apenas pudera sonhar. Por vezes encontrávamo-nos no jornal e na tipografia onde ele costumava trabalhar, na W 12th Street, julgo eu, a sul da Union Square. Isso trouxe-me a mim próprio um momento proustiano quando estive a ensinar na New York University talvez há dez anos. Eu tive de obter um destes cartões de identidade que agora se usam, e para isso tive de ir a um edifício recentemente adquirido pela universidade, onde se localizavam esses serviços – e reconheci o edifício onde o meu pai trabalhava, o que me trouxe um ror de memórias, já que ele, havia muito, partira.

Cornell foi, em larga medida, uma revelação. Intelectualmente, acho que nunca estive tão excitado como nesse primeiro ano na universidade



(onde entrei ainda com 17 anos). É fácil desancar em disciplinas como «Grandes Pensadores do Ocidente, de Tales a Thomas Wolfe» (este é um título inventado, claro está), mas se na realidade essa disciplina proporciona o primeiro contacto com essas ideias, então é incrivelmente estimulante. Além disso, foi a primeira vez que tive a oportunidade de conhecer *wasps*, a maioria dos meus *landsmen*, quando o que eu conhecia era a escola de Brooklyn, meio judia, meio italiana. Em Cornell tive excelentes professores tanto de História como de Governo. Estudei teoria política com o Professor Mário Einaudi, que tinha sido um refugiado antifascista e era filho do Presidente da República Italiana – mas não se parecia nada com os meus antigos colegas de escola.

Para se obter a edição de Moscovo das obras completas de Marx e Engels, tínhamos de pedir licença a uma autoridade federal qualquer, mas isso não limitava a liberdade de expressão nas aulas – embora estivéssemos em pleno macarthismo, de que um dos meus professores da escola acabara de sofrer. Tive também um excelente professor de História Francesa Contemporânea, E. W. Fox, que escreveu um livro notável – *The Other France: history in geographical perspective*. Era um notável professor e um homem muito educado, e ter trabalhado com ele parece ter-me convencido a fazer mais trabalho nessa área. Isso era possível porque eu tinha aprendido bem o Francês na escola (era na altura a minha única segunda língua). Além disso, Cornell era etnicamente de uma razoável homogeneidade. Havia grande número de alunos judeus dada a proximidade a New York City, mas quase não havia asiáticos ou afro-americanos. Em termos de classe, porém, era uma universidade bastante *mista*, na medida em que era simultaneamente pública e privada, e as partes públicas (Agricultura e Trabalho e Relações Industriais) acabavam por diluir a presença dos brancos *wasp* da Ivy League nalgumas fraternidades. Era um local muito interessante, apesar de um pouco isolado.

Eu gostava imenso de conhecer a Europa, mas não tinha dinheiro a não ser que conseguisse uma bolsa, e para isso precisava de obter boas notas. Num mundo ideal, eu gostaria de ter ido para Paris, mas Telluride tinha um programa de trocas com o Lincoln College de Oxford, e foi o que eu consegui arranjar. Cheguei a Oxford no Outono de 1957 com uma ideia daquilo que iria fazer muito parecida com a que tivera ao chegar a Cornell quatro anos antes, ou seja, quase nada. Para um americano, Oxford é aparentemente muito semelhante a uma universidade americana que chega a enganar por completo a realidade! Ao contrário de alguns americanos, não fico ofendido com esse facto; e adoptei o bom velho princípio colonial inglês de que os nativos deveriam encarregar-se dos seus próprios assuntos, ao passo que eu estava ali para absorver coisas diferentes das minhas experiências passadas. Estudar no estrangeiro é uma maneira fantástica de



ficar a conhecer países e povos, se se tiver interesse nisso. Através da sua compreensão, acabamos por nos aperceber melhor de quem nós próprios somos, e apreciar mais o nosso próprio país. Mesmo ao sentir-se em casa, como acontece em França e em Portugal, é-se sempre um estrangeiro, e é necessário ter grande sensibilidade para coisas que não se dominam. Há ainda alguns aspectos das relações sociais britânicas que eu ainda não compreendo. Mas se se começa a compreender, então abrem-se portas de múltiplos níveis da sociedade que seria difícil conseguir a partir de casa ou de qualquer ponto distante, e que ajudam imenso na análise.

A bolsa que recebi era por dois anos, tempo suficiente para fazer um *M. Litt*, uma tese breve, e tive a extrema sorte de ter como supervisor Philip Williams – um homem que era tão simpático como inteligente e consciencioso. Comecei por estudar a primeira grande crise financeira francesa depois da I Guerra Mundial, e a incapacidade de um governo de esquerda de lidar com ela. A minha investigação correu melhor do que aquilo de que eu estava à espera. Philip ajudou-me a arranjar mais uns fundos para permanecer em Oxford por mais dois anos, e o *M. Litt* transformou-se em *D. Phil.* (doutoramento). Por essa altura, era extremamente interessante poder ir a França, devido à guerra da Argélia e ao início da V República. Philip escrevia livros sobre esses temas, e pareceu-me natural deslocar-me da História (cujos traços estavam sempre à minha volta) para a Política, que cada vez me interessava mais. Ganhei uma Junior Research Fellowship no Nuffield College, e depois fui eleito *Fellow & Tutor* em Política, já no Lincoln, em 1963.

A cada passo pensava: é mais fácil atravessar o canal que o oceano, vou-me deixar ficar por Oxford um pouco mais e depois regresso a casa. Devia ter tido mais atenção ao que os franceses dizem: *ce n'est que le provisoire qui dure*. E depois casei, em 1971, com a Patrícia – a melhor decisão da minha vida – e passei a estar interessado em Portugal na medida em que ela também estava. Tivemos os nossos filhos, e ambos tínhamos trabalho nas universidades do Reino Unido. Assim, acabei por passar toda a minha vida adulta em Inglaterra, coisa que nunca me havia passado pela cabeça da primeira vez que pus o pé na Europa. O meu plano na altura era ficar dois anos!

É interessante constatar que se interessou pela Política enquanto actor, acompanhando o seu pai e depois, fora do seu país, trocou o papel de actor pelo de analista.

E ainda bem que assim foi, já que tenho a noção de que nunca teria sido um político de sucesso – embora quando era jovem me tivesse tentado. Mas, na verdade, nunca teria tido sucesso. Não tenho nem o



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

temperamento nem a paciência para a política como profissão. Voltei a dar-me conta disso, agora que, com a minha reforma, me voltei a envolver em questões pequenas na minha comunidade local. Se tivesse permanecido nos EUA, acho que teria sido fácil ter sido capturado pelo movimento dos direitos cívicos. Eu detesto o racismo. Como estrangeiro, não me podia envolver do mesmo modo na política britânica – mas o mesmo não se pode dizer de assuntos académicos. Envolvi-me – e com sucesso – nas campanhas para levar a Universidade de Oxford a recusar-se a jogar com equipas segregadas (só brancos!) da África do Sul. E foi aí que conheci a Patrícia, o que prova que é possível juntar o útil ao agradável. Também houve questões relacionadas com as admissões à universidade, tornando Oxford mais sensível a candidatos provenientes de meios mais modestos e de fora das escolas privadas. E empenhei-me a fundo na questão de parar o processo de concessão de um grau honorífico a Mrs. Thatcher. Essa foi uma campanha divertidíssima!

Lembro-me de que nessa altura se realizou a Congregation mais concorrida de sempre...

... mas só até há pouco tempo, já que o *vice-chancellor* que está agora de partida, conduzido pelo seu autismo e desatenção à mobilização que percorria a universidade, conseguiu há pouco reunir mais gente contra si. De qualquer forma, fui um membro activo da *Politics sub-faculty* e no meu colégio, com grande empenho nas instituições de autogoverno em que participei. Agora que chegou a hora da reforma, deixo isso aos meus colegas mais novos.

O envolvimento com a política desde uma idade precoce tem algo a ver com o interesse por Portugal, depois do interesse primeiro pela França?

Até certo ponto, sim, por causa de 1974. Eu tenho uma repulsa epidérmica por Estados policiais. Mas o ponto a sublinhar é a relação com a Patrícia, que aprendeu português quando trabalhou no Brasil, e depois fez lá algum trabalho antropológico. Depois de nos casarmos, manter a relação com o Brasil não era muito prático, e por isso ela pensou transferir os seus conhecimentos linguísticos para Portugal.

A princípio, os interesses dela centravam-se no Nordeste, não era?

Sim, no Nordeste Brasileiro, com os seus latifúndios, os trabalhadores sem terras, as secas que provocavam migrações forçadas, e movimentos





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

escatológicos de protesto. Mas ela sentiu que não conseguia confrontar-se novamente com outra situação de latifúndios, de miséria e de injustiças, e por isso riscou o Alentejo. Foi então que pensou no Norte, onde Jorge Dias tinha feito trabalhos sobre comunidades de pequenos camponeses.

Vilarinho das Furnas, uma dessas comunidades, acabava de ser submersa por uma barragem.

Claro. As aldeias não foram consultadas, e os seus habitantes eram normalmente tratados desdenhosamente pelas autoridades do Estado Novo. Por isso a Patrícia escolheu uma aldeia na serra do Gerês onde, até 1945, a principal estrada era a jeira romana. Revelou-se uma escolha interessante, onde muita mudança social estava efectivamente a acontecer: uma aldeia de 60 casas mas com muitas casas vazias por causa da emigração para a Europa Ocidental – a única via de melhorar um bocadinho a sua situação e de escapar ao recrutamento militar para a guerra de África. No Inverno, a aldeia apenas tinha dois homens entre os 18 e os 45 anos de idade, ambos com certas debilidades.

Estamos a falar de que datas?

1971-1972. A Patrícia viveu na aldeia durante um ano. Como não tínhamos dinheiro, raramente vinha a Inglaterra. Eu visitava-a nas férias académicas.

A Patrícia demorou um mês até arranjar quem lhe arrendasse uma casinha (com corte de gado por baixo). A princípio, temeu-se na aldeia que ela fosse uma espia da polícia. O presidente da Junta era um dos lavradores mais abastados, mas como nomeado pelo governo, não tinha qualquer autoridade entre os seus conterrâneos. A aldeia era governada, como havia muito, pelos proprietários de terra mais velhos através de um sistema de *roda*, e que detinham a confiança da população. Eles lavravam as suas leiras com os bois, e por isso tinham de lavar todos em conjunto, porque se o não fizessem prejudicavam as culturas dos vizinhos. Depois, era preciso decidir quando colher, precisamente pelos mesmos motivos. Praticava-se o sistema de rotação trienal. Eu assisti ao fim de mil anos de agricultura na Europa. Isso foi absolutamente fascinante para um rapaz da cidade que só sabia do assunto pelos livros que lera.

Todas as casas tinham leiras aráveis, terra nos pomares, pedaços de terra nos baldios onde iam buscar lenha para o lume. Trata-se do que chamamos uma agricultura de subsistência limitada nos *inputs* – excepto em trabalho! – e na tecnologia, que alimentava uma população nos tempos mais





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

difíceis. No tempo da guerra, a vida nessas aldeias era miserável, e havia fome. Muitos jornalheiros e gente de outros ofícios abandonaram a terra, muitos a caminho do Brasil. Talvez poucos tenham tido a capacidade de pagar passagens para tão longe, mas quando as portas da Europa Ocidental se abriram, então todos podiam partir e não havia razão para ficar. A vida era dura e cheia de contrariedades, mas as pessoas eram maravilhosas e eu afeiçoei-me a muitos deles. Foi uma experiência maravilhosa e muitíssimo enriquecedora.

A aldeia podia ser um pouco triste no Inverno. Faz frio na serra, e os homens jovens, e mais recentemente as jovens mulheres, não passavam muito por lá. Mas regressavam no Verão quando a aldeia se enchia de nova vida. Podia observar-se um grande número de influências da emigração, além da óbvia, que consistia na mudança nas casas devido às remessas. Mas mesmo dentro delas: dantes as mulheres ficavam de pé enquanto os homens comiam (como ainda me lembro de ver fazer a minha avó). Mas agora as jovens mulheres que regressavam de França insistiam em se sentar com os homens – deixando as suas mães de pé, como sempre. Isto ajudou-me a compreender melhor a França – assim como noutras ocasiões a França me ajudou a melhor conhecer Portugal.

1972 representou o pico da emigração, e a maior parte dos que partiam eram homens. Podemos mesmo dizer que nesse ano 3% dos homens portugueses emigraram.

Havia realmente um enorme número de portugueses a chegar a França.

Na primeira vez que veio a Portugal viajou de comboio?

De facto, não. Como sabíamos que a Patrícia queria fazer trabalho de campo em Portugal, decidimos vir cá na nossa lua-de-mel para aplanar as coisas, e decidimos então vir de avião. Apanhámos comboios e alugámos carros, dependendo das circunstâncias, e visitámos a serra do Gerês. Pelo menos uma vez, regressei a Inglaterra de comboio, via França – penso que foi em 1972. O comboio estava cheio de homens cujas identidades mal eram fiscalizadas nas fronteiras espanhola e francesa – Pompidou queria trabalho barato. Eu fui um dos poucos chamados à parte na fronteira francesa só porque tinha um aspecto diferente dos outros, e a polícia francesa ficou muito desapontada quando mostrei o meu passaporte americano.

Quer dizer, então, que a sua relação com Portugal se iniciou verdadeiramente em 1971.





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

Graças à Patrícia, sim. Voltámos cá com muito maior regularidade depois de 1974, e viajámos imenso pelo país fora. Em 1976 entrevistei várias pessoas em diferentes partes do país sobre o que se tinha passado em 1974-1975. Mas desde 1978 que começámos a pensar em tentar comprar uma pequena propriedade perto da praia para as férias com as crianças, e também porque a Patrícia se mantinha ligada a vários projectos em Portugal. Começámos por procurar no Norte, que era o que melhor conhecíamos, mas a água do mar é demasiado fria e as praias são muito ventosas. Decidimos então procurar na costa atlântica na zona de Malveira da Serra – nessa altura umas boas duas horas de viagem a partir de Lisboa.

Além da área de referência já mencionada, o Alto Minho, que mais conhece de Portugal?

Na verdade, não conhecemos o Algarve para além de Sagres e de Tavira, nem o interior sul do Alentejo. Quanto ao resto, viajámos por toda a parte, costa e interior, vendo coisas lindíssimas mas, ao mesmo tempo, monumentos escandalosamente vandalizados.

Eu segui uma campanha eleitoral na parte sul do distrito de Castelo Branco, com um candidato do PSD, e fiquei a conhecer bem essa zona do país. O Rui (Feijó) também nos abriu outras portas no Entre Douro e Minho. Quando a Patrícia esteve a ensinar em Vila Real, aproveitámos para conhecer essa região também – até fomos propositadamente a Rio d'Onor. Na nossa viagem de 1976, combinámos trabalho e lazer e vimos uma grande parte do distrito de Évora, onde fomos apresentados a vários quadros comunistas, que trabalhavam oficialmente na Reforma Agrária. Tudo isto dependia, na altura, da Patrícia, uma vez que o meu português ainda era insuficiente. Fomos à sede da Reforma Agrária em Évora, onde vimos um homem muito taciturno, que julgo ter sido um clandestino e que tenha estado preso. Íamos ver a primeira propriedade a ser ocupada nesse distrito, e eu mostrei-lhe um mapa pedindo-lhe indicações. Acabou por nos dar indicações erradas porque, segundo a Patrícia veio a descobrir, o homem não sabia ler.

Visitámos uma herdade que suponho que se chamava Estrela Vermelha, onde o responsável local nos informou como é que tinham entrado em contacto com o Otelos antes de ocupar a propriedade para garantir que o COPCON não interviesse contra eles. Pareceu-me que essa atitude demonstrava uma certa sofisticação política e uma preocupação genuína com as pessoas concretas. Era também uma ilustração perfeita do princípio leninista da consciência a sobrepor-se à espontaneidade!





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

Também nos encontrámos com o governador civil de Évora, um jovem simpático, que tinha sido oficial militar, cuja principal preocupação era que o governo tentasse expulsar as pessoas das propriedades ocupadas e que sobrassem para cima dele os cacós desse processo.

Conserva notas desse período?

Se as pudesse localizar...

Mas costuma tomar notas?

Faço os possíveis...

Como é que entrou em contacto com esses quadros comunistas de Évora?

Trazíamos já contactos de Oxford e de Reading, onde a Patrícia trabalhava. No que toca ao Alentejo em geral, foi o Armando Trigo de Abreu, que tinha contactos através dos seus colegas do Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras.

E o Armando era, naturalmente, um velho conhecido...

... e um excelente amigo. Conhecemo-nos por pouco tempo em Oxford, e voltámos a ver-nos em Portugal. Devemos imenso aos amigos e conhecidos portugueses que foram sempre muito generosos com o seu tempo e os seus contactos.

Além do Armando, já conhecia mais portugueses de Oxford?

Começámos por abordar um sociólogo português exilado, o Hermínio Martins (então *Fellow* do St. Antony's College e hoje, com toda a justiça, *Emeritus Fellow* – e nosso grande amigo) quando a Patrícia decidiu que iria fazer um estudo sobre Portugal. Conhecemos também o Armando e o João Cravinho. O José Cutileiro, cujo maravilhoso livro sobre Mon-saraz ambos lemos, encontrou-se connosco, creio que em 1974, quando ocupava uma posição na Embaixada portuguesa em Londres, creio que de assessor cultural. Conhecemos o Manuel (Villaverde Cabral) quando chegou a Oxford como Gulbenkian Research Fellow no St. Antony's, e o Rui (Feijó) quando veio para o mesmo colégio preparar a sua tese de doutoramento. Já tínhamos travado conhecimento com a Mena Mónica e anos mais tarde com o Rui Ramos, ambos como estudantes de doutoramento.





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

Posso mesmo acrescentar que fui examinador desses três doutoramentos. Anos mais tarde haveria ainda de conhecer a Ana Paula Garcês, da Universidade Católica de Lisboa, também em St. Antony's.

Além disso, ensinei vários estudantes *undergraduate* na componente de Políticas da Europa Ocidental, entre os quais Carla Antunes da Silva, cujo pai me convidou a seguir a sua campanha eleitoral em Castelo Branco, e depois o Carlos Jalali. E tive a sorte de orientar as teses de doutoramento do Carlos e da Marina Costa Lobo, ambas já publicadas em Portugal.

Conheci pessoalmente Jorge Sampaio quando veio a Oxford na qualidade de Presidente da Câmara de Lisboa; e Cavaco Silva quando já não era primeiro-ministro e veio dar uma conferência. E, claro está, conheci os inúmeros convidados da Portuguese Studies Workshop, mais recentemente alargada a Oxford Workshop on Portuguese and Lusophone History, Politics & Society, que o Hermínio congeminou e animou, primeiro nas instalações do West European Centre do St. Antony's, no número 70 de Woodstock Road, e que depois mantivemos em funcionamento cerca de vinte e cinco anos.

Oxford é um sítio onde se encontram portugueses inteligentes, estudantes, graduados, colegas, visitantes distintos. Recentemente, o Centro Camões, primeiro sob a batuta da Maria João Branco e agora da Luísa Pinto Teixeira, contribuiu para que se alargassem ainda mais esses contactos.

Voltando à questão dos estudos portugueses em Oxford e às ligações portuguesas que o David tinha. Pode dizer-nos mais qualquer coisa a este propósito? Por exemplo: nunca houve muitas publicações. Organizaram-se conferências e seminários, mas talvez devêssemos ter tido mais resultados passados a escrito...

Com certeza que concordo. Deveríamos ter feito mais. Houve vários artigos que foram publicados cuja origem se encontra nas apresentações feitas no nosso seminário. Tivemos excelentes manuscritos no *workshop*.

Estamos a falar do tempo anterior ao uso de processadores de texto, em que nem sempre era fácil guardar cópias dos originais apresentados!...

Alas!

Mas o David quase não publicou nada em português.

A Patrícia, sim, ela publicou em português vários trabalhos. Mas eu não me atrevia...





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

Nós poderíamos ter traduzido esses artigos.

É muito generoso da vossa parte, mas não creio que tivesse sido uma boa utilização do vosso tempo. E, francamente, estávamos numa época – que entretanto mudou – em que Oxford não estava obcecada com a questão das publicações. Mas certamente poderíamos ter feito melhor nesse campo – e tínhamos os materiais para isso.

Dizia isto também a pensar em si...

A pensar em mim e a pensar em nós. O que me faz mais pena, contudo, é saber que esses manuscritos, muito bons na sua generalidade, que eu tive a meu cargo, se perderam por razões acidentais. Foram literalmente por água abaixo!

De qualquer forma, foi em Oxford que ocorreu, a certa altura, a mais fecunda polinização em mentes portuguesas. Gente que foi até lá e teve tutores, que é uma coisa ainda hoje muito especial, que foram a seminários e a colóquios e onde depararam com oportunidades para testar as suas ideias e ver pessoas de campos vizinhos como nunca tinham experimentado na vida. Isto tem um valor incalculável. A formação do pensamento daqueles de nós que tiveram a fortuna de passar por Oxford é incomensurável.

Concordo que a importância de Oxford parece destacar-se no panorama anglo-saxónico na época de que estamos a falar.

Se me é permitido acrescentar uma coisa, direi que até 1974, em Portugal, ciências sociais eram equivalentes a Paris. Os autores que se liam em Portugal no início da década de 1970, mesmo antes de 1974, vinham de França. O Manuel (Villaverde Cabral) estava em França, como tantos outros. Depois de 1974, o mundo anglo-saxão tornou-se muito mais importante para as ciências sociais portuguesas – e nesse campo a universidade que se destacou foi Oxford. Hoje em dia parece que Cambridge está a levar a melhor...

Penso que sou capaz de vos dizer porquê. No que diz respeito à temática portuguesa, tanto o Hermínio como eu nos reformámos, e por isso deixou de haver durante algum tempo quem supervisionasse oficialmente os estudantes de assuntos portugueses (o que não se pode dizer do resto do mundo lusófono). Depois, o Centro Camões perdeu a ligação que poderia ter tido com a História, e instalou-se nas Línguas Modernas durante vários anos, e, em geral, esteve pouco activo, especialmente nas Ciências





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

Sociais. A nova directora, devo reconhecê-lo, é muito dinâmica e nutre grande simpatia pelas Ciências Sociais e pela História. Também a Nancy Bermeo aceitou um posto definitivo no Nuffield College, onde pontifica o Laurence Whitehead, autoridade internacionalmente reconhecida no campo da democratização, e que inclui Portugal no contexto dos seus trabalhos e reflexões. Finalmente, parece que a FCT decidiu, a certa altura, não enviar para o exterior estudantes de doutoramento em Ciências Sociais que pudessem realizar os seus estudos em Portugal. Esta é uma decisão estranha, uma vez que olhar para o país de origem a partir de uma outra perspectiva é uma vantagem, e estudar no estrangeiro é uma grande mais-valia para a formação pessoal. Creio que nessa altura estavam mais preocupados com Ciências Duras e com Tecnologia.

Num outro plano, Cambridge sempre teve excelentes colaboradores no domínio das Ciências Sociais e Teoria Política; teve um catedrático de Ciência Política, mas, graças a Maurice Cowling, sem um departamento de política. Por isso, em termos de ciência política, Cambridge é muito mais como a França: muito teórico, muito sociológico – e isso parece ser ainda muito atractivo para muitos estudantes portugueses.

Finalmente, nós perdemos uma grande oportunidade. Se o Raymond Carr, como *warden* do St. Antony's tivesse tido sucesso com a sua ideia de um Centro de Estudos Ibéricos, isso teria dado um grande impulso. Quando a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, de modo indirecto, se propôs financiar os estudos portugueses em Oxford, eu procurei Ralph Dahrendorf, que tinha substituído Carr no St. Antony's – que era o lugar óbvio para absorver uma iniciativa do género – e tentei interessá-lo pelo projecto. Se Lisboa fosse uma capital no Danúbio, talvez eu tivesse tido sucesso; mas como, de toda a evidência, não era, eu não consegui convencer Dahrendorf a pôr um pouco de dinheiro do St. Antony's como forma de atrair somas muito mais apreciáveis em Portugal.

Há que contar também com o Brasil. Os brasileiros foram capazes de pôr seed money num Centro de Estudos Brasileiro, e talvez se pudesse ter constituído um centro luso-brasileiro. Mas, por alguma razão, e no que diz respeito a temáticas portuguesas, as ciências sociais parecem ter sempre perdido no confronto com a literatura...

O encerramento recente do Centro de Estudos Brasileiros reflecte as dificuldades de se operar a partir de uma base de financiamento externo curta.

Acabei por nunca saber ao certo quais os termos em que a doação foi feita, embora muitos dos meus amigos em Portugal me fossem dizendo que a orientação subjacente se dirigia mais às ciências sociais do que à





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

língua em si. Contudo, julgo saber que o Instituto Camões deseja que o seu Centro em Oxford se mova novamente na direcção da História (disciplina da sua primeira directora) e das Ciências Sociais (a disciplina da sua actual directora).

Entre os últimos estudantes que fizeram a caminhada até Oxford contam-se a Marina Costa Lobo e o Carlos Jajali. Já referiu que foram ambos seus alunos...

Sim, foram meus estudantes – e grande sorte eu tive. Também supervisionei por um breve período a Ana Paula Garcês, quando ela trabalhava na sua tese de doutoramento no St. Antony's durante um período académico ao abrigo de uma bolsa da Universidade Católica – e também com ela aprendi.

Examinou as suas teses?

Não, uma vez que, precisamente, tinha sido orientador dessas teses. Mas examinei a Mena Mónica, o Rui (Feijó), o Rui Ramos... Éramos poucos: o Hermínio que supervisionou algumas teses, e eu... *Hop-a-long Cassidy!*

Bom, isto mostra que a Universidade não é um ser monolítico que sempre se guia pelo princípio do publish or perish. Há outras formas de criar lastro, como o vosso Workshop...

Mas esse não deixou um traço material muito directo, embora se tenha aprendido muito e tenha sido importante manter vivo o interesse pelos estudos portugueses em Oxford.

Exactamente. E isso não é pouco!...

A institucionalização é que foi muito frágil. É por isso que sinto imensa pena por não ter conseguido interessar Dahrendorf no estabelecimento de um lugar permanente em St. Antony's. A Nancy Bermeo está agora em Oxford, em Nuffield, e estabeleceu um Centro para o estudo da Desigualdade e da Democracia no Departamento de Política – e ela mantém um vivo interesse por Portugal, além de dispor de apoio administrativo como eu nunca sequer sonhei. A actual directora do Centro Camões tem sido muito eficiente na organização de seminários, convidando portugueses para se deslocarem a Oxford, mobilizando donativos, etc. As coisas parecem estar a mexer neste campo.



Voltemos às visitas a Portugal do David e da Patrícia. De facto, uma vez que “descobriram” Portugal, nunca mais pararam de nos visitar...

Sim, inicialmente viajámos imenso, sobretudo no Norte e Centro do país, um pouco menos no Alentejo, e quase nunca no Algarve. Quando nasceram as crianças, passámos a estar em Portugal sempre no Verão. No princípio, pensámos comprar qualquer coisa na costa do Minho. Mas pensando melhor, achámos que deveríamos procurar qualquer coisa perto de Lisboa, de forma a podermos voar e depois chegar rapidamente à costa, não muito longe da belíssima serra de Sintra. Andámos dois anos à procura, e, um dia, por acaso, em 1980, metemos por este estradão de terra batida e encontrámos esta maravilhosa casinha, muito velha e a cair, com uma vista magnífica. Nessa altura a Biscaia ainda era uma aldeia de trabalhadores, com gente já de bastante idade a cultivar as leiras escarpadas por baixo desta casa; gente que lavrava a terra com cavalos, e que tinha carneiros e cabras e vacas leiteiras (a cooperativa ainda aqui vinha buscar uns tinões de leite de vez em quando...), e galinhas. Isso era encantador para os nossos filhos, assim como a presença de outras crianças na aldeia. E havia imensos cães, o que o meu filho Dan adorava.

Decidimos que a Patrícia viria duas vezes por ano com as crianças: uma vez na Páscoa (quando eu devia fazer um período de pesquisa em França); e todos juntos nas férias grandes. Quando houvesse eleições, eu viria também. Este esquema funcionou bastante bem e pudemos assim ver os nossos amigos portugueses com mais frequência. Hoje estamos ambos muito ligados a Bisciais e, através dela, a Portugal, que é um país muito belo, com gente muito amiga. Não é difícil gostar de Portugal – embora eu não tenha a certeza se gostaria de trabalhar aqui...

Agora as crianças já são crescidas e vêm ter connosco muitas vezes, porque também eles gostam da Biscaia. Nós os dois também vimos no Inverno, por pouco tempo, e na Primavera, numa estadia que se prolonga pelo Verão, e depois no Outono. Vimos quando podemos ver coisas bonitas, jardinar, beber bom vinho, encontrar os nossos amigos, falar de política (que não é a actividade favorita da Patrícia...), ler os jornais.

O Armando Trigo de Abreu parece ter tido importância no seu relacionamento com as organizações políticas portuguesas.

Ate certo ponto, sim. Mas de facto conhecemos o Armando, não através das suas actividades políticas, mas do interesse académico da Patrícia pela agricultura camponesa portuguesa. A Patrícia também se interessou por problemas da emigração portuguesa, e nesse campo beneficiámos da



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

ajuda e hospitalidade da Maria Beatriz e do Armando Rocha Trindade, que também foi prestável na minha própria pesquisa. Antes disso, a Eugénia e o Francisco Pereira de Moura tinham sido de uma grande hospitalidade e auxílio. Foi em casa deles que encontramos o Otelo (talvez em 1978), mas não consegui entrevistá-lo como desejava porque nesse serão tinham convidado também uma vizinha que estava muito interessada em conhecê-lo. Ela dizia ser uma “escultora guerrilheira” – destruía sempre o que acabava de fazer... e se calhar com bons motivos... Ela adorou o Otelo, e ele gostou imenso da situação.

De qualquer forma, a verdade é que me comecei então a interessar pela política portuguesa. Acho que não consigo estar num sítio sem me interessar logo pela sua política. E aquilo que eu sabia acerca da França representava uma grande ajuda na medida em que se tornava muito mais fácil estabelecer...

... o mapa ideológico, as clivagens?

Sim. Estudar a França constituiu uma boa preparação para o meu interesse pelas questões políticas portuguesas. Lembro-me de ter falado com alguém do *Foreign Office* que conhecia a França dos inícios da IV República, e que pensava que os políticos portugueses da década de 70 eram semelhantes aos que ele havia encontrado em França 30 anos antes: muito inteligentes e muito famintos de lugares...

E depois, graça a ti, Manuel, e a ti, Rui, graças ao Armando, graças a contactos no PSD e no PCP, eu segui diversas campanhas eleitorais. Não há nada que substitua a experiência em primeira mão, ver as coisas nos seus lugares naturais, falar com as pessoas e fazer perguntas. Segui a campanha presidencial de Soares no Norte: foi uma experiência magnífica com esse animal político por definição. Sampaio – que não se entusiasmava com as campanhas tanto como Soares, mas que viu como é que as coisas se faziam e melhorou substancialmente quando se candidatou à Presidência, comparando com o que havia feito como *leader* de um PS fragmentado – convidou-me para o acompanhar através do país. Mais tarde, tive uma estudante de PPE em Oxford cujo pai era o segundo candidato nas listas do PSD para o Parlamento pelo círculo de Castelo Branco, nas eleições em que Guterres venceu pela primeira vez. Esse candidato, muito gentilmente, incluiu-me na sua comitiva na parte sul do distrito de Castelo Branco, onde parecia conhecer toda a gente (já havia sido um bom deputado pelo seu círculo). A sua campanha aproximava-se da de um candidato francês num círculo eleitoral rural num sistema de eleição bem diferente, o da pluralidade de votos. Foi nesse contexto que descobri





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

a importância política que em Portugal as Misericórdias possuem – um interessantíssimo tema para um estudante de doutoramento ousado!

E esse candidato conseguiu ser eleito?

Claro que foi, como o foi também Sócrates, no mesmo distrito. Mas por muito pouco interessante que seja ser deputado quando o nosso partido está no governo, ainda menos parece ser quando não está...

Trata-se de um efeito da Representação Proporcional vigente em Portugal.

Sem dúvida. Mas se estivéssemos num sistema de círculos uninominais, acho que ele teria sido eleito na mesma.

Quero sublinhar que me esforcei por seguir diferentes partidos; mas na medida em que a maioria dos meus amigos estão – ou estiveram – no PS, ou pelo menos na sua zona de influência, julgo conhecer melhor o que se passa nessa área. Alguns deles foram membros da Comissão Nacional, e foi interessante seguir o caso da dissolução do Parlamento por Soares em 1987, que consternou muitos no PS, mas que lhe permitiu escapar a ficar prisioneiro do PCP e, em especial, do PRD – embora ache que nunca tenha previsto que Cavaco ganhasse uma maioria absoluta. Aprendi imenso com essas campanhas, e passei uns momentos bem divertidos, graças à gentileza de muitos políticos atarefadíssimos a tentar lutar pelas suas vidas políticas, e que nada me deviam. E o povo português, de um modo geral, é extremamente simpático e amigo, mesmo com idiotas como eu que massacram a sua língua antes de esgotar o parco vocabulário e ficar mudo.

O David finge que não fala, só lê português...

Não é um artifício. Quando cá cheguei pela primeira vez, nunca teria conseguido comunicar sem a ajuda da Patrícia, que me serviu de intérprete e tradutora. E seguir as campanhas juntamente com amigos revelou-se de extrema utilidade. Na verdade leio os jornais, as teses, etc., e compreendo muito do discurso político pela simples razão de que o vocabulário empregado é muito semelhante ao francês. Mas, repito, quando comecei a fazer entrevistas em 1978, isso era impossível sem a ajuda da Patrícia – e ela merecia muito mais do que eu ser condecorada, por todo o seu esforço em vários domínios, em prol da cooperação entre o Reino Unido e Portugal. Eu comecei a interessar-me por Portugal graças a ela e aos seus estudos feitos no Minho, mas sem dominar a língua – coisa que só aos poucos fui conseguindo. Ainda recentemente, o Centro Camões em Oxford organizou um





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

curso intensivo de duas semanas, de língua portuguesa para principiantes, e eu inscrevi-me e frequentei-o – o que me vai ajudar imenso agora que tenho tempo para me sentar com os meus papéis à minha volta...

Mas qualquer pessoa que se interessasse por política não podia, em 1974, deixar de se interessar por Portugal, especialmente se tivesse visto os modos de funcionamento da ditadura. Felizmente para mim, havia uma série de estudantes de doutoramento em Oxford nessa altura, além do Hermínio Martins, no St. Antony's, que era uma fonte de profundo conhecimento. Pelo contrário, quase não havia nenhuma forma institucionalizada de ensino que versasse temas portugueses, até que o Hermínio sugeriu que nós organizássemos um *workshop* anual em assuntos portugueses (ou, mais exactamente, lusófonos), tanto na História como na Política e na Sociedade – já lá vão talvez uns 25 anos... Essa iniciativa permitiu-nos convidar muita gente de Portugal a visitar Oxford, e, portanto, foi uma forma de nos mantermos informados sobre a evolução da situação no país. Mais tarde, a Universidade incluiu um exame em Política da Europa Ocidental, no qual cabia o ensino que preparava para esse exame. Muitos estudantes vinham procurar-me precisamente nesse contexto, de tal forma que pude manter um interesse académico vivo associado ao ensino – até porque também havia estudantes de mestrado e de doutoramento que pediam a minha supervisão. Isso deixou-me sempre muito satisfeito.

Mesmo assim, o David publicou um número apreciável de artigos...

Eu costumava publicar regularmente acerca das eleições portuguesas, o que além do mais me dava um bom pretexto para vir a Portugal observá-las em primeira mão e aprender imenso acerca de várias outras coisas. Devo dizer que também aprendi muitíssimo com os dois extraordinários estudantes de doutoramento portugueses que tive oportunidade de orientar – Marina Costa Lobo e Carlos Jalali. A Marina estudou a *primeiro-ministrialização* do governo português desde 1974, e o Carlos a personalização nos partidos políticos, ou seja, a razão pela qual o eleitorado de centro é tão fluido e os partidos permanecem ancorados de modo tão frágil na sociedade portuguesa, e porque é que as clivagens que aí ocorrem dividem a esquerda ao meio pelo menos de uma forma tão importante como a divisão entre a esquerda e a direita. Isto não é totalmente diferente do que se passa em França.

Na França de hoje ou na França pós-De Gaulle?

De uma forma progressiva, desde De Gaulle. A diferença em Portugal é que os partidos nunca foram tão *presidencializados* como em França.



Em parte, julgo que nunca houve aqui condições para que isso sucedesse. De Gaulle teve a crise argelina e foi visto como a única pessoa capaz de a resolver, o que lhe deu imenso capital político. Em Portugal, a crise da descolonização deitou abaixo o regime anterior, mas a descolonização estava praticamente terminada em 1975... De Gaulle chegou ao poder em 1958 como grande herói nacional, com um grupo de apoiantes dedicados prontos a governar nos termos que ele indicasse, e não como o representante de um exército. Com a sua presença política constitucionalizada através do Conselho da Revolução, Eanes assemelhava-se mais ao De Gaulle do fim da II Guerra Mundial do que ao de 1958.

Nas últimas eleições presidenciais, quando se perguntava às pessoas, em sondagens, se o presidente deveria ter mais ou menos poder, quase 70% dos inquiridos manifestavam-se favoráveis a que o Presidente tivesse mais poderes. Quer dizer, estas coisas variam com o tempo...

Penso que é difícil escapar a uma espécie de presidencialização latente quando o Chefe de Estado é eleito de modo directo, particularmente se o sistema partidário não possui fortes raízes sociais e parlamentares antes da adopção de uma constituição semipresidencial. É fácil ao Presidente acumular maior prestígio que os outros elementos do sistema, e o apoio popular também o protege além de lhe permitir, por vezes, influenciar o governo – isto se jogar as suas cartas de um modo correcto e não provocar, por exemplo, umas eleições parlamentares antecipadas que os seus adversários possam ganhar. No fim de contas, o Presidente é o único titular de uma cargo electivo unipessoal, e a reacção democrática mais simples e imediata é voltar as atenções para ele, sobretudo se não governar e não puder assim ser responsabilizado por tempos difíceis. E nos casos em que efectivamente governa, como por vezes sucede em França, isso é uma razão suplementar para ser eleito directamente. Há um elemento que não pode ser mexido na Constituição Francesa: a eleição directa do Presidente, por muito que, em teoria, fosse aconselhável fazê-lo.

Acredito que Cavaco beneficia hoje do prestígio do seu cargo, mas igualmente do facto de ser o governo que tem de arcar com as principais responsabilidades pelos tempos difíceis. Portugal é uma economia pequena, aberta e vulnerável. O resto do mundo não se está a comportar de uma forma muito brilhante (uma das coisas que aprendi nos meus 50 anos em Oxford foi a produzir declarações que ficam muito aquém da realidade, o que designamos por *understatements*.) Vocês estão a um tempo protegidos e constrangidos pelo sistema monetário europeu. Os efeitos da recessão mundial serão certamente os de tornar o governo do PS pouco popular;



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

as divisões internas no PSD têm-no protegido até um certo ponto, assim como as ameaças de regresso de Santana Lopes, certamente não um dos favoritos de Cavaco.

Enquanto Sócrates levar a cabo políticas económicas que agradem a Cavaco, este não terá interesse em lhe causar grandes problemas. Mas os conflitos acerca do Estatuto dos Açores mostra que existem limites para as tréguas políticas, e as escolhas políticas vão tornar-se cada vez mais marcadas à medida que as eleições se aproximam. Uma vez que os *tempos bons* afectaram desigualmente a população e que agora se sentem os efeitos de uma recessão, é óbvio que deve haver uma boa dose de desilusão. E ninguém parece ter um projecto mobilizador, como a Europa foi em tempos. Lembra a expressão *como era bela a República no tempo do Império*.

Porque as expectativas se elevaram?

E porque as vantagens da adesão tiveram a sua época e nem sempre foram usadas da melhor maneira. Portugal tem hoje um sistema de estradas muitíssimo melhor do que o anterior – mas pergunto-me a mim mesmo se o investimento em capital humano terá sido suficiente. E a especialização em sectores onde a mão-de-obra era barata, tal como João Cravinho mostrou há já bastante tempo, é uma aposta perdida. Não há maneira de competir, nesse terreno, com a China – como qualquer visita a uma feira portuguesa tão bem ilustra.

O David mencionou duas coisas que gostaria de trazer de novo à discussão. Por um lado, disse que assistiu ao fim de uma era de mil anos na agricultura europeia; por outro, disse que há mais de 35 anos que nos visita regularmente. A pergunta então é esta: como era o Portugal de 1974 visto a partir dos dias de hoje?

De 1971! Transformou-se enormemente, Norte e Sul (não me pronuncio sobre o Algarve). Há uma urbanização galopante, especialmente na zona de Lisboa; a agricultura camponesa diminuiu significativamente e o sector de serviços engrossou mais que o das manufacturas. Mas, mesmo cidades mais pequenas, especialmente as capitais de distrito, se expandiram fortemente, graças ao retorno de emigrantes da Europa e às ofertas de emprego público. O Norte, que era mais tradicionalista, permanece mais *português* nos hábitos e nas aparências – muito mais que a Linha de Cascais, que se mostra mais globalizada.

Mas há que ver as grandes transformações trazidas pela queda da ditadura e pela democratização de sucesso que se lhe seguiu – muito embora



estas realizações sejam menosprezadas por quem já não se recorda (ou quem dele beneficiou) de um Estado policial ou, por outro lado, por quem ficou desiludido nos seus sonhos de transformação social radical.

Duas memórias da ditadura: uma delas já a mencionei, mas vale a pena voltar a ela: a impossibilidade de a Patrícia alugar uma casa na aldeia onde se queria instalar, e que durou um mês, até os aldeãos se convencerem de que ela não era uma espia da polícia.

Segunda: quando chegámos a Lisboa pela primeira vez, trazíamos uma recomendação de Herbert Hart para um dos seus antigos estudantes, então advogado na capital. Ele e a mulher convidaram-nos gentilmente para jantar. No apartamento deles havia apenas o casal e uma empregada na cozinha. A conversa à volta da mesa foi absolutamente anódina, mas depois do jantar disseram: *vamos dar uma volta por Lisboa à noite, é muito bonito*. É claro que tinham toda a razão. Mas o mais interessante foi que, mal nos sentámos no carro, começaram a falar de política – e é claro que eram críticos do velho regime.

As guerras coloniais não eram objecto de conversa, não se podia votar contra elas – mas os jovens emigraram para as evitar. Na aldeia, recordo mães analfabetas que vinham trazer cartas escritas pelos seus filhos que estavam na tropa em África para a Patrícia lhas ler, e então lágrimas corriam cara abaixo.

Toda a gente sabia quem era o agente da PIDE na aldeia vizinha. Se a Patrícia não gostou muito de consultar os registos cadastrais e paroquiais em Terras de Bouro, pelo menos foi recebida com um simulacro de cortesia. Os camponeses viam-lhes ser negada até a aparência, e por isso as pessoas faziam as partilhas sem as registar. O patrocínio estava reservado aos amigos do regime – agora parece estar um pouco mais democratizado. O que me parece que reflecte melhor as mudanças que aconteceram é uma cena que ocorreu em 1976, num pequeno café entre a Sé de Braga e o mercado. Até 1974 os cafés impressionavam pelo silêncio, as pessoas receosas de serem escutadas por ouvidos indiscretos; depois do 25 de Abril parece que ninguém parava de falar... Estávamos nós neste café quando cinco peixeiras entraram, e alguém perguntou a uma delas: *Aposto que vais votar no CDS*. Ao que ela respondeu: *O Senhor Arcebispo não precisa do meu voto... Já lá tem tantos anjinhos...* Esta era uma mudança tranquilizadora !

Tendo organizado juntamente com o Hermínio Martins o Workshop em Oxford ao longo de tantos anos, como encara hoje o facto de tantos terem sido os convidados que chegavam e diziam que «as coisas tinham de mudar», que a mudança, com um sentido de reformas políticas e institucionais, era necessária e urgente porque Portugal se aproximava de um ponto perigoso? Parece que o



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

regime acaba por evidenciar uma grande dose de resiliência... É curioso notar que desde 1982, quando tivemos a única mudança política importante com a revisão constitucional dessa data, não voltámos a ter alterações institucionais significativas – quer a nível de revisão constitucional, reforma do sistema eleitoral, etc... Manteve-se o mesmo modelo por mais de 30 anos – e as pessoas continuam a centrar os seus discursos na necessidade de introduzir alterações...

Talvez fosse mais um protesto... De facto, ninguém previu que viesse a haver maiorias de um só partido na Assembleia. Isso aconteceu não apenas devido às peculiaridades do sistema eleitoral, mas também devido à forma como os eleitores efectivamente votaram.

«Derrotar o sistema?»

Estou de acordo. Ninguém com um mínimo de senso acredita que a democracia seja uma panaceia. Mas não há dúvida de que representa um enorme avanço face ao que existia antes.

Especialmente a primeira vez que é experimentada.

Claro. Na verdade, as coisas podiam ter-se tornado feias no final dos anos 70, inícios dos 80, quando as coisas correram mal para o Estado, do ponto de vista fiscal, e economicamente pesadas e difíceis para muita gente.

Agora estamos numa situação pior.

Sim – e ainda vai piorar. Mas as instituições estão muito mais bem estabelecidas, mais sedimentadas. As alternativas, tanto a fascista como a comunista, que atraíram tanta gente na década de 1930, estão desacreditadas. Por isso não existe realmente qualquer alternativa de regime à mão de semear. Isto não significa que uma liderança política incompetente em tempos de crise não possa fazer acentuar a pressão para que se altere o regime. Deixem-me recordar uma frase célebre de um conservador americano do século XVIII, Fisher Ames, que dizia: «A Monarquia é um belo veleiro que navega a toda a velocidade até atingir um rochedo, e então afunda-se com todos os que vão a bordo; a democracia é como uma jangada: nunca se afunda, mas, c'os diabos, a gente vai sempre com os pés dentro de água.»

Mas há uma coisa que se chama comparação. Estamos na Europa e cada vez mais nos comparamos com a média europeia, com o vizinho europeu, com o competidor europeu – e estamos cada vez pior! Será uma fatalidade?





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

Pelo menos até há pouco tempo, absolutamente não. É claro que não deixa de ser um factor de preocupação, e tanto o governo como a oposição não parecem saber bem o que fazer.

E terá de ser mesmo assim?

Bem, penso que o problema é que depois da adesão à Europa – medida que foi anunciada como salvadora de todos os problemas, o que é manifestamente um exagero – se criaram muitas oportunidades mas também houve custos associados. E depois de o segundo mandato de Cavaco ter esgotado o seu fôlego, não me parece que tenha havido qualquer governo com uma estratégia real para o país ou um primeiro-ministro com apoio popular bastante para vender essa estratégia ao eleitorado. Porque o que se impunha requer alguns sacrifícios. Quase sempre é assim.

A nossa sina são os sacrifícios...

Quando a mudança ocorre realmente, nem todos saem a ganhar.

Aconteceram coisas semelhantes em Espanha e eles parecem estar muito melhor que nós.

Não me parece que Aznar tenha sido muito credível, e alguns aspectos do crescimento económico em Espanha eram muito problemáticos. Mas a Espanha é um país mais rico, com mais recursos. É mais central para a Europa, e tem nela maior influência. Um governo português teria tido de enfrentar a tendência para um decréscimo da intervenção estatal na economia e maior desregulação e montar mais cedo uma estratégia que se afastasse da política de baixos salários em função de uma requalificação dos recursos humanos. Mas se pensarmos o que foi preciso em França – a guerra da Argélia e o general De Gaulle – para ultrapassar o velho sistema...

E parece que se encontram novamente em sarilhos...

Sim. Há um ditado político francês que diz: *Não fazer nada é uma grande vantagem; mas convém não abusar.* Esta tem sido grande parte da história entre 1988 e 2007. A Irlanda, porém, parece ser um caso interessante.

Exactamente. A questão dos recursos humanos parece ser uma nova chave... Mas uma das razões pelas quais a Irlanda aparece nestas conversas é porque há





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

muita gente a dizer que, para além de pertencer à UE, a Irlanda possui um forte lobby nos EUA...

Isso é absolutamente verdade!...

... e que os americanos de origem irlandesa investiram na Irlanda e que parte do sucesso se deve a esse factor.

Sim, na verdade, essa é uma ideia que eles querem exportar... Mas eu creio que a conexão americana foi muito mais importante a nível político em termos de resolver a questão da Irlanda do Norte. Isso é que foi verdadeiramente essencial. Os recursos humanos são outra questão importante. Eu não sei bem quais são actualmente os níveis de formação em Portugal...

Em Portugal? Os mais baixos da UE, incluindo os novos membros!

Bem, isso não pode ser considerado uma surpresa total, na medida em que a melhoria dos níveis educacionais foi algo que os países comunistas realmente fizeram.

Por vezes o fosso é enorme. Não está a crescer, mas é assustador! Temos agora a experiência de trabalhadores de países ex-comunistas que imigram para Portugal. A senhora que acompanha o meu pai dia a dia, que lhe faz a comida, que lhe presta todos os cuidados de que um idoso necessita, e que limpa a casa, tem um diploma em engenharia – mas ganha mais aqui em Portugal neste tipo de tarefas do que na sua Ucrânia natal como engenheira...

Isso também se verificou na Rússia durante algum tempo. Havia uma senhora com um doutoramento em engenharia que chefiava uma parte do sistema de transportes públicos de Moscovo, e que de vez em quando limpava os apartamentos alugados a estrangeiros para obter divisas.

Não se pode dizer que um sistema educativo seja adequado, principalmente se a economia estiver de pantanas, e as especializações educativas não corresponderem muito às oportunidades de emprego.

Ainda temos pouca gente com graus universitários na força de trabalho, e temos um desemprego específico nesta área... E continuamos a assistir a uma importante emigração.

Talvez a questão seja que em Portugal há uma maior desadequação na formação dos recursos humanos do que noutros países europeus,



nomeadamente no Norte e no Leste do Continente. E, claro está, a emigração é hoje em dia favorecida pela pertença à União Europeia.

Mas destinos como o Canadá e a Austrália também absorvem portugueses, não é só a UE. Um exemplo das distorções que nos caracterizam: nós temos o dobro dos arquitectos que há em França ou no Reino Unido.

Quer dizer que as pessoas não estão a estudar de acordo com as oportunidades e a estrutura do mercado de trabalho.

O mercado deveria corrigir estes desvios... Mas na verdade o mercado demora o seu tempo, se é que realmente corrige estes desequilíbrios. Por exemplo: temos problemas com os médicos e com a sua formação. Não temos médicos que cheguem (como se vê pelo número de médicos estrangeiros que encontram emprego entre nós) e mandamos os nossos estudantes para Espanha ou para a República Checa porque as faculdades de Medicina não aceitam mais alunos. É um caso curioso, o da República Checa, onde parece que há mais de 100 estudantes de medicina portugueses. Está a substituir as oportunidades que os estudantes não encontraram em Portugal... Há que admitir que é um sistema duro e perverso.

O desencontro entre as qualificações académicas e os lugares disponíveis no mercado também se verifica em França. Parte do problema parece vir do facto de que em grande parte do Continente o que cada um estuda determina de forma muito directa as oportunidades de emprego que se oferecem depois. Uma das bênçãos do Reino Unido, da Irlanda e dos EUA é que as universidades mantêm o monopólio da formação, mas ninguém se questiona se alguém que cursou Estudos Clássicos procura um emprego na *City*, onde pode desempenhar um cargo de forma absolutamente perfeita e normal. Agora, onde se mantém a perspectiva de um treino vocacional muito especializado, é forçoso que venha a haver desencontros, e que estes desencontros se tornem permanentes, uns atrás dos outros. Não concebo como é possível neste caso ajustar os dois termos, a não ser que o governo intervenha e diga: *Não há emprego nessa área, por isso não se oferece ensino nesse campo.* Uma posição dessas não seria certamente muito popular...

Recordemos que Portugal viveu com numerus clausus durante 25 anos...

Mas isso afectava a entrada na universidade de um modo global, não necessariamente as áreas de estudo – salvo no caso de Medicina. E a razão



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

era evitar que o governo gastasse mais com as universidades. Ora agora a curva demográfica está a baixar...

No entanto, ainda há uma margem para lutar com a curva demográfica, na medida em que a população com idades entre os 18 e os 23 anos que frequenta o ensino superior é ainda inferior à média europeia, se não erro. Mesmo que seja dez vezes superior àquela que havia em 1974, ainda há espaço para fazer crescer esta fatia da população que pode frequentar o ensino superior.

Toda a gente sabe quem é que não vai para a universidade!... É uma coisa socialmente determinada. Se há projectos de democratização da universidade, há que fazer mais do que aumentar a percentagem do grupo etário que tem acesso a essa forma de ensino.

Obviamente. Aliás, pode ver-se, por exemplo, que ainda é um contingente muito masculino – e as raparigas comportam-se de forma muito melhor!...

A população universitária está a *feminizar-se* a um ritmo muito acelerado, e não só em Portugal. Mas não é fácil corrigir os desequilíbrios de classe se as famílias que têm elas próprias baixos níveis de instrução e que não vivem com muita folga – embora não tenham de pagar propinas elevadas – não puderem ou não quiserem prescindir da contribuição económica e do trabalho dos seus filhos, ou se fazem sacrifícios para os mandar à universidade e no fim não vêem resultados palpáveis.

O meu antigo feitor na quinta foi meu colega de escola e fez comigo a 4.ª classe. Casou com uma mulher bastante mais nova, que já fez a 6.ª classe. A filha mais velha deste casal terminou um curso universitário – mas está há mais de dois anos sem emprego compatível.

Não vale a pena aumentar o número de alunos que entram na universidade se no fim as pessoas não vão encontrar o emprego para que se prepararam. A universidade deixou de ser um paraíso para os filhos das classes rentistas...

Na verdade, a questão está em grande parte na sofisticação da procura. Se se mantiverem modelos baseados em baixas qualificações... Parece que não existe um mercado suficientemente sofisticado para a produção de quadros que as universidades estão de facto a formar, uma procura de mão-de-obra mais qualificada. O investimento nesta área tem sido baixo, ao contrário de outras áreas como as infra-estruturas.



Já o João Cravinho se queixava de que o investimento privado fluía todo para áreas nas quais o trabalho era barato – e barato porque subqualificado. Mas se eu vejo bem a coisa, Portugal tem outro problema: é que a Europa Central e de Leste tem uma população activa muito mais bem formada, e não mais bem remunerada do que aqui; mas os quadros portugueses recebem como europeus ocidentais, ao passo que os seus colegas orientais não recebem da mesma forma. É por isso que, em certos casos, empregar um licenciado por uma universidade em Portugal pode ser caro – por padrões internacionais – e o investimento privado pode assim ser levado a procurar melhores localizações para se fixar.

Temos hoje uma importante possibilidade de estabelecer comparações, mesmo com o que se passava dentro da União Europeia há 20 anos. Nessa altura, as coisas estavam menos centradas em Bruxelas. A impressão que temos é que, à medida que se foi alargando e desenvolvendo a União, se foi reduzindo o espaço e a capacidade para as dissidências locais. O consenso europeu está omnipresente quando falamos das coisas que poderiam ser, politicamente, verdadeiramente significativas. A direita e as forças à esquerda do PS estão sozinhas, e isso deixa um enorme bloco de políticas consolidadas que são cada vez mais políticas europeias.

Bom, está tudo mais centralizado em Bruxelas por causa do Acto Único Europeu, Maastricht, e tudo o mais... por exemplo, o referendo irlandês sobre o Tratado de Lisboa... E os consensos existentes de alguma forma foram corporizados por Jacques Delors.

Esta situação teve imenso impacto sobre os partidos social-democratas, especialmente fora da Escandinávia, que eram tradicionalmente pró-europeus, pois viram-se envolvidos num projecto diferente, chefiado pelo Directorado para a Concorrência. Além disso, alguns já haviam desistido de agendas realmente reformadoras, como Mitterrand em 1988, ou Guterres sem maioria na Assembleia. Penso que Guterres e, especialmente Blair – na medida em que estávamos num mundo globalizado e eles não queriam aparecer como *anti-business*, e acima de tudo como forma de conseguirem ser eleitos – aderiram à máxima «se não os consegues derrotar junta-te a eles».

Quanto à direita, não foi mais presciente do que a esquerda: *Puisque ces mystères nous dépassent, feignons d'en être les animateurs* (já que estes mistérios nos ultrapassam, finjamos ser os seus animadores). É preciso dizer que as desigualdades cresceram no Reino Unido sob a senhora Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan muito mais como consequência das suas políticas do que em virtude de qualquer consequência fatal dos ciclos económicos. E assim o sector financeiro tornou a economia real numa

aná. Os que melhor se adaptaram a competir sob as novas regras, mais flexíveis, deitaram a mão aos benefícios, enquanto os que se encontravam em pior situação ficaram ainda mais fragilizados. Isto vale tanto para as nações como para os grupos ou os indivíduos. Mesmo poderes médios, com fortes estruturas de Estado, encontram dificuldades em controlar os acontecimentos; e os mais pequenos, desprovidos dessa carapaça, estão em situação ainda pior.

Para mim, não é de todo claro que estar dentro da Europa, com todas as frustrações que isso acarreta, seja mais desvantajoso do que estar fora. Mas não é fácil: é necessário possuir uma estratégia, uma capacidade de liderança, uma maioria coerente. A França é um bom caso a estudar a propósito destas dificuldades.

É de facto muito difícil conservar o seu Estado-Providência, o seu sistema público de saúde, etc., que é por muitos – incluindo a OMS – considerado o melhor do mundo. Por isso, o que nos dizem é que é necessário abrir mão de alguns privilégios que muita gente neste país não considera realmente como privilégios, mas como factos básicos da vida... Quer dizer: seremos demasiado ricos? Será Portugal um país demasiado rico? Ou as desigualdades sociais têm-se desenvolvido e este fenómeno conduz de facto a rupturas sociais, e nós, enquanto esperamos pelo investimento futuro, estamos a empobrecer o país sem que esse investimento chegue – porque certamente vai para outros destinos?

Isso é, em parte, verdade. Eu não imaginaria que, se tomássemos como base de referência o que se passava em 1974, as desigualdades sociais mostrassem sinais de crescer – muito embora elas sejam muito visíveis. A globalização não foi montada como um meio de produzir justiça social na Europa. Para isso, são necessárias as forças de contrabalanço ao mercado existentes nas sociedades – como, por exemplo, os sindicatos – que parecem ter perdido força no mundo ocidental com o declínio da indústria pesada e do fordismo, ou que se tem acomodado à tarefa mais fácil de proteger quem já tem emprego do que os jovens à procura de trabalho, e que rotinizaram as suas respostas, aliás como uma boa parte dos partidos de esquerda. Por exemplo: talvez falte um bom exemplo de organização dos colarinhos brancos do sector público – que também mudou muito na sua composição – que se tenha entendido com as suas congéneres a nível internacional para apresentar e defender uma plataforma baseada na ideia central da regulação.

Não me estava a referir a 1974, mas a 1990, aos últimos 15-20 anos. Temos pouca informação sólida sobre este assunto, mas o Carlos Farinha (que

trabalhou com o Atkinson e outros) mostrou recentemente, num encontro promovido pelo Presidente da República sobre coesão social, que o fosso se está a alargar pela primeira vez, e que os mais pobres tinham perdido poder de compra em termos absolutos – e não só em termos relativos. No tempo de Cavaco como primeiro-ministro, até 1991-1992 – e Maastricht parece ser o ponto de viragem na medida em que aí estão as raízes da moeda única – nós tínhamos conseguido manter-nos a par. Quando a globalização deu mais um passo em frente, a UE desistiu da ideia de se tornar uma alternativa aos EUA para de facto passar a ser mais um círculo no mesmo movimento. Foi aí que nós tivemos dificuldade em seguir o ritmo, e que Cavaco começou a ter problemas e, à sua maneira, resolveu saltar fora.

Mas vamos seguir em frente. David: diga-nos qualquer coisa acerca dos partidos políticos em Portugal. Pessoalmente, tenho algumas reservas à tese geral do Carlos Jalali de que os partidos não possuem clivagens ou âncoras. São de carácter fluido e naturalmente fraco, mas creio que ambas as coisas existem. Ou seja: creio que há diferenças entre os partidos políticos em Portugal.

Meus amigos: muito do que eu sei sobre esta matéria aprendi convosco! No entanto, não creio que o argumento do Carlos seja o de que não há clivagens, mas antes que as clivagens existentes reflectem muito mais os conflitos de 1974-1975 do que as divisões clássicas entre esquerda e direita – que, em todo o caso, seria difícil encontrar em Portugal. Há uma clivagem, comum a outros países da Europa Ocidental, entre socialistas e comunistas, que estava a ser desvalorizada noutros países. Noutro domínio, há 20 ou 30 anos, muito mais do que agora, havia quem pudesse dedicar-se em *part-time* a uma pequena agricultura, ou a fazer os chamados «biscates», como agora sucede com os «jardineiros» – tudo no sector informal da economia. A confiança no processo político, que nunca foi muito elevada, foi abalada, em parte, por escândalos. Vocês conhecem o dito: a merda é sempre a mesma, só mudam as moscas. Isto é o que muita gente pensa – e por isso não vota, o que, naturalmente, transforma o seu cepticismo num círculo vicioso. Mas, até certo ponto, isso constitui uma válvula de escape, como a emigração (mesmo se hoje em dia bastante reduzida). E depois, para a classe intelectual deserddada, aí está o Bloco de Esquerda. Que é que irão fazer se os seus votos forem necessários na Assembleia para manter a direita fora do poder?

Para os partidos, o que se torna determinante, e não apenas em Portugal, é vencer eleições. Os partidos políticos são, de certo modo, organizações muito centralizadas, pelo menos na aparência, mas a minha impressão é que, no terreno, dependem de outras coisas: de pessoas com raízes locais, de serviços locais, etc... Mesmo quando estão no poder, os *leaders* nem



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

sempre conseguem estabelecer uma disciplina rígida. Há constantes pressões para dar de comer a bocas famintas... Fora do poder, os partidos – e em especial o PSD – tendem a ser uma colecção de sátrapas locais que competem pelo controlo do partido nacional à custa do prestígio deste mesmo partido.

Porque para um partido na oposição é a única coisa que resta... E há um factor a acrescentar: podem beneficiar de eleições fora do calendário das legislativas, ou seja, se o governo estiver a fazer coisas desagradáveis, podem mesmo ganhar uma eleição. Isso será mais difícil em 2009, na medida em que todas as eleições – salvo as presidenciais – vão realizar-se num curto espaço de tempo.

Mas, mesmo a nível local, o que conta para o povo são os favores e os serviços, seja lá como for que o presidente da câmara se arranje para os prestar. A tolerância à corrupção parece ser maior do que na maior parte dos países da Europa Ocidental, embora não pareça ter atingido os níveis de Itália. Judas foi punido em Cascais. Mas que dizer de Oeiras e de Felgueiras? É muito impressionante! É como se as pessoas estivessem a dizer que – um pouco como em Itália – já que as mudanças políticas não produzem resultados para gente como nós, o melhor é termos alguém que nos dispense uns favores...

Houve quem tivesse interpretado esse fenómeno como uma espécie de reacção das populações locais a uma intervenção externa.

É possível que, até certo ponto, tenham razão. Isso é mais óbvio, por exemplo, em França, onde os conselhos municipais podem ser dissolvidos pelo prefeito, e na eleição que se lhe segue de perto o povo pode exprimir o seu sentimento: muito obrigado, mas nós sabemos tratar dos nossos problemas sem interferências externas. Varia um pouco ao longo do país. Nas Bouches du Rhône, pouco parece notar-se. Nas *cinturas de ferrugem* do Norte da Inglaterra e do Norte da França, o socialismo municipal (e o comunismo na cintura vermelha de Paris) tenderam a evoluir no sentido de máquinas eleitorais muito seguras, e as suas políticas em dedicar muita atenção a pequenos serviços, favores, e empregos no município, ou então a subsídios. Foram totalmente incapazes de enfrentar os problemas provocados pela desindustrialização, pelo desemprego de longo prazo e pela presença de vastas massas de populações imigrantes. Os votantes socialistas e comunistas de longa data desencantaram-se, deixaram de votar, e muitas vezes voltaram-se mesmo para alternativas racistas. As pessoas cansam-se – e os políticos também.



Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

Falou de casos de antigos presidentes de câmara cujos partidos os deixaram cair: Isaltino, em Oeiras, Fátima Felgueiras, no Norte. Estes ganharam com maiorias substanciais. É verdade que Judas perdeu em Cascais – mas é um caso à parte.

Em Portugal, o nível local é muitas vezes a primeira linha de questões que as populações colocam aos partidos políticos. Depois, há a relação entre o governo local e o governo central, onde sobressai que os fundos destinados ao poder local são muito reduzidos. Não conheço os números dos últimos anos, mas acredito que se mantêm abaixo dos 10% da despesa pública. Por isso, a ideia de que o governo local tem capacidade de resposta é deslocada, pois esta capacidade é na realidade muito limitada.

Lembro-me de ter conversado com um presidente de câmara dum vila do distrito de Vila Real, que julgo ser um socialista. Obviamente, era um bom autarca: construiu um lar muito bom, modernizou a escola, ou seja, teve bons projectos. Já era presidente dessa câmara havia muitos anos, e iria ser reeleito para sempre, e toda a gente o conhecia. Parecia um caso tipicamente francês. Perguntei-lhe se havia alguma diferença, para ele, quando o governo em Lisboa era do seu partido. Respondeu-me que sim: se houvesse um problema com a escola era mais fácil chegar à fala com o ministro da Educação se este fosse do seu partido, etc., etc. Quer dizer: apesar de o dinheiro poder não ser muito, o facto de poder ser distribuído de forma discricionária pode tornar-se num factor muito importante.

Mas na verdade esse dinheiro não é distribuído de uma forma assim tão discricionária... Outra questão é saber até que ponto esse dinheiro é usado para pagar a máquina administrativa local. No Alentejo, por exemplo, há muitos municípios onde o maior empregador é a câmara municipal.

Acredito que no Norte seja parecido.

No Norte, há uma população mais numerosa... No Alentejo há municípios com menos de 2000 votantes – o que significa desertificação, municípios muito mais pequenos que certas freguesias urbanas. E, nesses casos, o facto de a câmara dar emprego é a última salvaguarda contra o desemprego.

No distrito de Vila Real vi muitas aldeias onde o emprego que não provinha do município ou do sector público em geral era, de facto, muito diminuto.

Um dia, um homem veio ter comigo a pedir se eu poderia falar com o presidente da câmara local – um município da periferia do Grande Porto – para



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

arranjar um emprego para o filho. Eu quis saber quais eram as habilitações de rapaz e o pai disse que estava a acabar o 12.º ano. Perguntei-lhe então porque não estudava mais, e respondeu-me que o filho não queria ir para a universidade, e preferia entrar logo no mercado de trabalho. Voltei à carga, sugerindo que criasse qualquer coisa própria, ou procurasse um emprego no sector privado. O pai ficou horrorizado. «Não, não; o meu filho quer é ser funcionário público. O doutor sabe, o salário não é grande coisa, mas ganha-se bem...» Era isto o pai de um moço de 18 anos!

O sector público oferece garantias de segurança; o trabalho na terra era encarado – e não sem razão – como pesado, sem gratificação e sujeito aos humores de um patrão. Montar um negócio requer capital, que só a emigração podia gerar. E assim o prestígio local ia parar às mãos do dono do café...

Se olharmos para as estatísticas, Portugal não tem um número exagerado de funcionários públicos. Por vezes o peso financeiro é maior do que noutros países na medida em que emprega gente com mais qualificações. Temos os médicos, os arquitectos, a gente das leis, indivíduos com diplomas universitários, e é claro que estes conseguem melhores salários. Mas no sector privado há pouca qualificação.

Mas não será isso mesmo verdade em qualquer país com um sector público desenvolvido?

Na comparação com o sector privado, não. Isso é que sustenta a ideia de que são os funcionários públicos que causam o deficit, etc.

Deve fazer alguma diferença que o grande capital esteja tão concentrado aqui, e sempre assim tenha sido.

O sector bancário tem lucros fabulosos, milhões e milhões. Para onde vai esse dinheiro? Em muitos outros países onde os bancos geram lucros há uma expectativa de ver esse dinheiro reaparecer sob a forma de um qualquer investimento.

Nem sempre. Por vezes as firmas inglesas têm tido falta de capital ao mesmo tempo que a City se mostra extremamente rentável.

O peso e o poder do sector bancário são certamente muito grandes. E depois há o lobby das obras públicas associado com o turismo e tudo gira em torno



Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

disto e pouco mais. Passam a vida a dizer-nos que nos vamos tornar num paraíso turístico, uma espécie de Florida da Europa.

Talvez mais o Sul que o Norte...

O país no seu conjunto – enquanto discurso político, pelo menos.

Voltando à comparação do Portugal de hoje com aquele que o David viu pela primeira vez, uma das questões mais salientes é a da elimigração. Portugal tornou-se, pela primeira vez em séculos, um país de imigrantes – ucranianos, brasileiros, etc. Durante anos fomos uma nação de emigrantes. A nossa especialização consistia na exportação de mão-de-obra. Hoje as coisas são substancialmente diferentes. Os primeiros a virem para Portugal – brasileiros e africanos das ex-colónias – falavam português e eram, basicamente, católicos. Agora, há muita gente que não conhece nem tem afinidades com a língua e que professa credos religiosos diferentes. E os números de imigrantes são impressionantes. Quando apanho o comboio para Sintra, posso saber onde estamos pelo número de pessoas de cor que permanecem na carruagem.

Um pouco como em Londres, ou Nova Iorque, ou Paris... Mas não sucede o mesmo no Porto?

Em muito menor escala. A área metropolitana de Lisboa tem uma população imigrante de cerca de 15 ou 16% – e o Porto anda muito longe destes números.

A questão da mão-de-obra leva-nos de novo ao problema da sustentabilidade do nosso sistema de segurança social, e é forçoso começar por referir que os nossos governos têm-nos dito que somos gente a mais, que vivemos anos a mais, e que gastamos dinheiro a mais...

Seria bom que não dissessem isso aos cidadãos mais idosos... Mas é verdade: a maior parte dos sistemas de segurança social não se ajustaram à evolução demográfica, ao facto de que as pessoas vivem hoje mais anos e precisam de cuidados médicos e estão seriamente carentes de fundos.

Mas olhe que dizem isto a toda a gente. E o mais espantoso é que as pessoas parecem resignar-se...

Não é muito diferente do que se passa em França. Os processos de urbanização e suburbanização cresceram imenso, as pequenas cidades ou



David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

vilas dependem cada vez mais do emprego público, e neste contexto os hospitais locais são de uma importância crucial.

Se há coisa a que as pessoas resistem é à eliminação de serviços locais e de proximidade. Mas muitas escolas, por exemplo, estão e continuarão a ser fechadas por falta de alunos, ou centros de saúde por causa da racionalidade que a qualidade de serviços impõe...

É claro que nada disto é caso único em Portugal, e coloca problemas muito sérios à medida que o sector agrícola encolhe e com ele o tamanho das aldeias e de algumas vilas. Portugal hoje é muito mais urbano e periurbano, como se vê na região de Lisboa. As pessoas ainda estão arraigadas a hábitos antigos – mas isso é um problema geracional. Hoje muito mais coisas se medem pelo tempo que demora a ir e vir do trabalho...

A este propósito, é curioso referir que os centros clássicos, como Lisboa e Porto, estão a perder população para as suas periferias – e de forma muito significativa.

Há hoje melhores transportes públicos do que noutros tempos, embora este tenha sido um processo de implantação lento; e isso retira pessoas do centro para as periferias. Por outro lado, quando nós vínhamos para Portugal, quando a minha filha Sarah era ainda pequena, encontrar leite fresco para ela era «*le parcours du combattant*». Hoje já não é assim. As cooperativas leiteiras talvez já não ajudem o pequeno produtor, mas não há dúvida de que trabalham bem. Dantes, 9 em cada 10 vezes que comprava manteiga, ela estava rançosa. Não é que isto seja muito importante, mas mostra uma diferença, a existência de melhores canais de distribuição e um desenvolvimento dos mercados.

A questão está em que não havia electricidade, e por isso também não havia frigoríficos...

Exactamente: faltava a electricidade. E em termos da vida quotidiana das pessoas simples, essa é uma diferença enorme. Água canalizada! Para muitos, pelo menos alguns aspectos básicos das suas vidas estão hoje muitíssimo melhor. É verdade que há construções atrozes na periferia de Lisboa e doutras cidades, com as pessoas a terem de se deslocar em condições precárias, como sardinhas enlatadas!

Deslocam-se de carro...





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

Isso também não ajuda, claro está – embora, com o actual preço dos combustíveis e a crise, eu acredite que nem todos se desloquem de carro...

Mas numa enorme série de coisas, Portugal está hoje muito mais parecido e mais próximo dos padrões da União Europeia do que quando cá viemos pela primeira vez. E isso é muito, muito, impressionante.

Uma última série de questões, David. Imagine que meia dúzia de estudantes chegavam a Oxford, batiam à sua porta e pediam um conselho sobre a matéria ou a área de estudos para fazerem o seu doutoramento. O que é que gostaria que eles estudassem?

Antes de mais: quando algum estudante me procura, eu sempre digo: o que é que você quer fazer? Ninguém deve embarcar na aventura de um doutoramento se não tiver uma ideia própria daquilo que quer fazer. Escrever uma tese em inglês é um exercício muito difícil e muito solitário. Dito isto, que gostaria eu de ver estudado? Há agora um início de literatura comparada sobre o fenómeno da corrupção. Sei que já há alguma coisa em português, mas ainda não em inglês...

Luís de Sousa fez sobre isso uma tese em Inglaterra, e está agora no ISCTE.

Estou a tratar de organizar um *workshop* com o Carlos Jalali e com ele no âmbito do grande projecto do Carlos sobre patronagem.

Este não é um problema ético, moral, mas está a tornar-se económico, político... E é um tema difícilíssimo de estudar.

O que só o torna ainda mais interessante!

Creio que um outro tema que mereceria atenção seria o governo de uma grande cidade. Não só a parte administrativa, mas igualmente política. As duas coisas vistas em conjunto.

Há uma tentativa nesse sentido levada a cabo por um estudante que fez o seu doutoramento em Barcelona e que está num pós-doutoramento no ICS. Ele tem materiais muito interessantes.

Qualquer coisa num contexto comparativo poderia ser extremamente interessante. Há a velha escola de estudos urbanos de Chicago. O Manuel fez também alguns levantamentos, segundo creio.

Um outro tema que entendo que deveria ser pesquisado diz respeito à secularização e a um estudo sobre a influência e as operações da Igreja.





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

A Igreja como um actor na sociedade e na política (incluindo a enorme questão das Misericórdias). Seria certamente muito interessante.

Os sindicatos, hoje muito concentrados no sector público, também mereceriam um estudo de carácter comparativo.

E, claro está, vale sempre a pena revisitar a questão dos poderes presidenciais e de que forma eles variam com as circunstâncias. Poder-se-ia também alargar à posição das Forças Armadas na sociedade e ao modo como decorreu o processo de se tornarem mais «civis». Finalmente, seria também extremamente interessante que alguém tentasse deslindar o funcionamento do Ministério das Finanças, como funciona, como controla...

Mas isso é uma pesquisa económica!

Não, não!

Será então economia política...

Seja lá como for, este seria um tema da maior pertinência.

Quanto a estudos sobre o PCP, acho que só numa perspectiva comparada poderiam ainda fazer sentido.

Mas ainda há pouco falávamos de outro assunto que poderia ser muito interessante: a imigração. Vocês agora têm imigração, têm um problema que se move, e, no entanto, por agora Portugal parece não ter os problemas que outros países sofrem resultantes da imigração. É para mim difícil imaginar que não venha a haver problemas em Portugal e consequências políticas. Por enquanto, não... mas só por enquanto, o que não quer dizer que não estejam a caminho. E porque é que ainda não há? Talvez muitos se satisfaçam com a resposta de que os portugueses sempre gostaram dos pretos e os pretos gostaram dos portugueses. *Ça ne suffit pas.*

Não é uma perspectiva integralmente errada, se a colocarmos de modo um pouco mais sofisticado. A questão de fundo reside aí mesmo. Nós temos um alter ego não-racista e muito forte. Essa identidade – que foi reestruturada pela democracia que produziu um luso-tropicalismo democrático – tornou-se a nossa identidade, a nossa relação especial, etc.

Espero bem que esteja a ver bem as coisas. Em França também parecia que as coisas eram assim, e acabou por durar pouco tempo...

Não será bem a mesma coisa. Salazar não gostava da ideia de que o nosso colonialismo devesse ser defendido como um colonialismo europeu qualquer,





Manuel Villaverde Cabral e Rui Graça Feijó

e, no fim, quando a guerra começou, teve de admitir esta espécie de luso-tropicalismo emocional.

Mas tanto vocês como eu estamos fartos de ouvir comentários a esse respeito...

Claro que sim. Jorge Vala, um psicólogo social, deu conta deste autocontrolo, que ele afirma que se manifesta «de lado» e não «de frente».

De qualquer forma, estas seriam as minhas sugestões aos tais estudantes – mas eles próprios teriam de estar interessados na problemática, e deveriam ter alguma ideia própria, sem o que a aventura de um doutoramento não se justificaria.

Só por mera curiosidade final: como é que o David olha para a Universidade portuguesa e para o modo como ela própria se modificou neste período?

Sei muito pouco sobre esse assunto. De qualquer forma, vejo-o de duas maneiras. Por um lado, houve uma persistência longa em recusar graus académicos estrangeiros, que constituiu um absurdo, e que tem a ver com o que me parece ser uma debilidade do sistema que, esta sim, parece prolongar-se: as universidades têm tendência a recrutar entre os seus próprios estudantes para o corpo dos graduados. Quando acabam os estudos graduados, há uma pequeníssima mobilidade, e isso a meus olhos é um erro tremendo que afecta todo o sistema, já que toda a gente tem tendência a ficar na bicha à espera que chegue a sua vez. É uma coisa assustadora. Mas o que me parece muito interessante acerca da Universidade portuguesa é que, apesar deste sistema tão deficiente, acabou por produzir gente de excelente calibre.

A mudança está a ser introduzida pela lei dos números, que são cada vez mais elevados.

Isso é bom sinal, bem como saber que as pessoas continuam a ir para fora.

Mas muitos dos que o David menciona como sendo de excelente calibre são gente que teve de esperar fora da Universidade... Em Portugal há de facto uma mobilidade muito reduzida, e há quem prefira sair do país a ter de mudar de Lisboa para o Porto.





David B. Goldey: Auto-retrato com amigos em pano de fundo

Se calhar não tem oportunidades....

No primeiro inquérito que eu fiz, já lá vão uns 15 ou 16 anos, eu tinha uma questão: se tivesse uma oportunidade de emprego fora da sua aldeia, fora do seu concelho, fora do seu distrito, o que o faria dizer não? Na verdade, a resistência era enorme. E porquê? Por causa da família. Não falámos nesta entrevista acerca desta palavra. Mas a única coisa que em Portugal consegue ser pior que os políticos é a família!...

Considerando o que eu devo à minha família, não posso concordar plenamente com essa afirmação... Num sistema em que o anonimato urbano toma as vezes das solidariedades da aldeia, onde o estado de bem-estar é incompleto e onde as pessoas não se sentem realmente envolvidas com a autoridade que aparece distante, a família torna-se um refúgio muito necessário em tempos de dificuldades.

Biscaia, Outubro de 2007.

(revista em Janeiro de 2009)

